



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

**SENTENÇA**

Processo nº: **1004257-75.2018.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Embargos de Terceiro - Construção / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens**  
 Embargante: **Denise Rosana Pizzolato**  
 Embargado: **Cooperativa de Credito e Investimento Bandeirantes - Sicredi Bandeirantes Sp**

**DENISE ROSANA PIZZOLATO** ajuizou ação contra **COOPERATIVA DE CREDITO E INVESTIMENTO BANDEIRANTES - SICREDI BANDEIRANTES SP**, pedindo o levantamento da penhora que recaiu sobre o veículo GM/Celta, placas EGW-2937, de sua propriedade, indevidamente bloqueado no interesse da embargada em ação de execução.

Sustou-se o curso da ação principal no tocante ao bem embargado.

A embargada foi citada e contestou o pedido, aduzindo em preliminar a indevida concessão do benefício da justiça gratuita para a embargante. No mérito, afirmou que o automóvel pertence à executada e que eventual aquisição do bem ocorreu de maneira irregular, pois efetivada sem a anuência da credora-fiduciária. Defendeu, ainda, a impossibilidade de ser condenada ao pagamento das verbas sucumbenciais.

Em réplica, a embargante insistiu nos termos iniciais.

Na decisão de saneamento do processo, manteve-se o benefício da gratuidade processual em favor da embargante e deferiu-se a produção de prova documental e testemunhal.

Foi ouvida uma testemunha na audiência de instrução e julgamento.

Encerrada a instrução, as partes reiteraram suas teses.

**É o relatório.**

**Fundamento e decido.**

**PODER JUDICIÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

Destaca-se, inicialmente, que o automóvel GM/Celta, placas EGW-2937 encontra-se alienado fiduciariamente para BV Financeira (fls. 148), razão pela qual a penhora não incidiu sobre o bem em si, mas sobre os direitos que devedora fiduciante possui sobre ele.

É fato que o financiamento foi contratado em nome de Thiciane Maira de Lima, filha da embargante e pessoa que figura no polo passivo da ação de execução, bem como que o bem está registrado em seu nome no órgão de trânsito (fl. 10). Ocorre que os elementos probatórios constantes nos autos indicam que a embargante é a legítima detentora dos direitos aquisitivos do bem móvel gravado com alienação fiduciária, sendo o caso, então, de ser levantada a constrição.

Com efeito, a embargante juntou documentos comprovando que foi a responsável pelo pagamento de quase todas as prestações do financiamento (fls. 15/21 e 177/182), o que foi corroborado pelo depoimento prestado pela testemunha Izael Teixeira, que confirmou ter ouvido por algumas vezes ela narrar que iria pagar a prestação do veículo (fl. 190).

Também há provas de que a embargante exerce a efetiva posse sobre o bem constrito, haja vista que o automóvel estava em seu poder no momento da concretização da penhora, conforme consignado pelo oficial de justiça no autor juntado à fl. 12, bem como pelo fato dela sempre utilizá-lo para se dirigir até a academia que frequenta (fl. 19).

Por outro lado, não há nenhum indício nos autos de que a executada utilize o referido bem como se fosse sua efetiva proprietária ou que já tenha arcado com o pagamento de alguma despesa decorrente da posse exercida.

E nem se diga ser irregular a operação realizada pela embargante em razão da ausência de concordância da instituição financeira credora, pois é certo que ela não é atingida por referido negócio. Aliás, é bastante comum a transferência de direitos sobre veículos com algum gravame, de alienação fiduciária ou reserva de domínio, arcando o novo possuidor direto com o pagamento das prestações mensais do financiamento.

Enfim, o conjunto probatório revela o poder físico da embargante sobre o automóvel objeto da discussão, cabendo, por isso, mantê-la na posse livre e desimpedida do bem.

Com relação às verbas sucumbenciais, cabe à embargante o pagamento, porquanto deu causa à constrição indevida ao não registrar o veículo em seu próprio nome (Súmula 303 do STJ). Com efeito, a restrição somente foi realizada nos autos da ação de execução em razão do bem constar em da executada, muito embora tivesse sido adquirido em favor da embargante (fl. 30).

**PODER JUDICIÁRIO**
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

Diante do exposto, **acolho o pedido** e mantenho a embargante na posse livre do bem, determinando o levantamento da penhora e a exclusão da anotação restritiva no órgão de trânsito.

Condeno a embargante ao pagamento das custas e despesas processuais, corrigidas aquelas em reembolso, e dos honorários advocatícios do patrono da embargada fixados em 10% do valor da causa, corrigido desde a época do ajuizamento.

E execução dessas verbas, porém, **fica suspensa**, nos termos do art. 98, § 3º, do Código de Processo Civil.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 1º de agosto de 2018.



**Carlos Castilho Aguiar França**  
Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**